

INFORMA

urgente

Sind **UTE**
Sindicato Único dos Trabalhadores
em Educação de Minas Gerais
FILIADO À CNTE E À CUT

BOLETIM INFORMATIVO DO SIND-UTE/MG - FILIADO À CNTE E CUT - RUA IPIRANGA, 80 - FLORESTA/BH - FONE: 31 3481-2020 - FAX: 31 3481-2449

Trabalhadores(as) em educação mantêm mobilização

Na próxima terça-feira (04.09), a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária apreciará o PL 1.324/07

Trabalhadores(as) em educação, organizados pelo Sind-UTE/MG, realizaram, no dia 29 de agosto, um corpo-a-corpo junto aos deputados na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, visando sensibilizar os(as) parlamentares e chamar a atenção da sociedade para a discussão da reivindicação salarial da categoria.

A mobilização teve início às 9h. Inicialmente, estava prevista a realização de aula pública no pátio da ALMG ainda pela manhã, mas a mesma foi transferida para o período da tarde. Isso porque, os(as) trabalhadores(as) se dirigiram ao plenarinho II, para acompanhar a votação do PL 1.324/07, em primeiro turno, pela Comissão de Educação. Apesar dos protestos da categoria, o PL recebeu parecer favorável. Depois, os(as) trabalhadores(as) seguiram para a reunião da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, onde também estava prevista a análise do Projeto.

Após muita pressão e reuniões com os(as) parlamentares, a pedido do relator da matéria, foi transferida para a quinta-feira (30/08) a votação na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Novamente, a análise do Projeto nesta Comissão foi adiada para a próxima terça-feira, 4/09.

O adiamento aconteceu sob a alegação de que os documentos contendo os estudos e impactos salariais do PL 1.324/07, bem como quantos servidores(as) receberão a PCRM, solicitados à Seplag durante audiência pública no dia 22/08, por requerimento da

deputada Elisa Costa (PT), assinado por outros(as) parlamentares, ainda não foram devidamente encaminhados.

Vale ressaltar que na referida audiência pública, realizada conjuntamente pelas Comissões de Educação e do Trabalho e da Previdência e Ação Social, criticamos a proposta de criação da PCRM, a insuficiência do reajuste de 5% e a reivindicação de um piso salarial (vencimento básico), ao invés da remuneração de R\$ 850,00 proposta pelo governo. Questionamos a PCRM como a recriação do abono salarial que causa distorções na carreira e o tratamento diferenciado aos diversos segmentos.

Também nessa quarta-feira (29/08), os(as) trabalhadores(as) de Minas Gerais acompanharam a mobilização do Dia Nacional de Greve, convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em defesa do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN). Em Brasília, a aula pública, promovida pela CNTE, aconteceu na rampa do Congresso Nacional. Foram colocadas carteiras, cadernos, apostilas, lápis e borrachas, que deram um toque diferente ao cenário. Em Minas, a atividade na ALMG teve também sua atenção voltada para o PL 1.324/07.

Em âmbito nacional, a CNTE defende a aprovação do substitutivo do deputado Severiano Alves (PDT) ao Projeto de Lei 619/07, do governo federal. Em seu parecer, o deputado incorporou várias reivindicações da categoria.

ATENÇÃO:

Próxima terça-feira, 04/09, mobilização na ALMG, a partir de 9 horas. Participe. Só a luta garante conquistas!